

# Esquerda vence na definição de empresa nacional

## Retórica

**“O plenário mostrou que votará sempre contra a arrogância.”**

(senador Mário Covas, PMDB-SP)

**“O Centrão perdeu, o que não é bom para o país.”**

(deputado Roberto Cardoso Alves, PMDB-SP, sobre o acordo)

**“A Constituinte não podia terminar sem esta reunião, até por causa do ponto de vista folclórico.”**

(deputado José Genoíno, PT-SP, sobre a reunião em que se chegou a um acordo para as votações de ontem)

**“A esquerda só está satisfeita porque sabe que ninguém aprova nada sozinho.”**

(deputado Ricardo Fiuza, PFL-PE, ao declarar que o Centrão levou vantagem no acordo)

**“Deram uma definição cartorial para a empresa nacional.”**

(senador Roberto Campos, PDS-MT, sobre o texto do acordo)



Mário Covas (PMDB-SP) e Severo Gomes (PMDB-SP) e o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), no gabinete de Covas

## Passarinho disputa com Delfim

Da Sucursal de Brasília

O acordo firmado ontem entre as lideranças partidárias e as lideranças do Centrão, se for aprovado hoje, como se prevê, elimina constitucionalmente a possibilidade de a Petrobrás formar novos contratos de risco para exploração de petróleo. A manutenção integral do monopólio estatal da Petrobrás foi uma vitória do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) sobre seu colega de bancada, o deputado Antônio Delfim Netto (PDS-SP), que defendia os contratos.

Passarinho ontem assumiu a defesa da interdição de futuros contratos de risco e ganhou imediatamente o apoio de toda a esquerda e da liderança do PMDB reunidas no gabinete do senador Mário Covas. O acordo, porém, prevê que as Disposições Transitórias ressaltarão os direitos das empresas associadas aos oito contratos de risco hoje firmados até o fim de seu prazo de vigência.

Foi uma das raras vezes em que Passarinho participou de um rodada de negociação no gabinete de Covas, com os demais líderes do Centrão. Coronel da reserva do Exército, Passarinho defendeu a tradicional posição nacionalista do Exército brasileiro na questão do monopólio estatal do petróleo.

“Concordo em princípio com o texto da Comissão de Sistematização (que veda os contratos), tenho apenas uma preocupação com os contratos de risco ainda em vigor”, disse Passarinho na reunião. Explicou então que se as atuais empresas sob contrato de risco viessem a ser indenizadas em função do cancelamento de suas atividades antes do prazo, o custo para o país seria maior do que a manutenção dos contratos até o final.

Lembrou que desde o tempo em que foi líder do governo no Senado, pela Arena, defendia o monopólio estatal da Petrobrás. “É uma posição histórica”, disse. Neste momen-

to, o deputado Delfim Netto, pediu a palavra. Em tom irônico, Delfim minimizou os atuais contratos e defendeu a possibilidade de o Brasil firmar novos: “A função dos contratos, na época (1975), era apenas caracterizar uma tolerância do governo brasileiro para dar respaldo à ofensiva da Braspetro (um subsidiária da Petrobrás) no exterior”. “Na verdade, já se sabia que as áreas cedidas (aos contratos de risco) não tinham petróleo, não tinham nenhum importância”, acrescentou.

Passarinho contestou Delfim: “De maneira nenhuma. Claro que o Brasil não entregou áreas já mapeadas, onde havia petróleo. Mas foram entregues áreas na plataforma continental. Não foi no pantanal de Mato Grosso”. Disse ainda que nenhum estudo geológico seria capaz de afirmar com certeza que uma determinada área não tem petróleo. Delfim não falou mais e o acordo ficou praticamente acertado.

Em pouco mais de cinco horas de negociação, o Centrão reconheceu ontem a sua derrota e fez importantes concessões em suas teses em busca de um acordo para a votação do primeiro capítulo do Título “Da Ordem Econômica e Financeira” com a liderança do PMDB (o grupo do senador Mário Covas) e os partidos de esquerda.

Os ex-ministros do Planejamento e da Fazenda, respectivamente, deputados Delfim Netto (PDS-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), ainda tentaram defender os interesses do Centrão, mas sem ímpeto.

Pouco a pouco, as propostas aprovadas pela Comissão de Sistematização ou novas fórmulas, representando os interesses “progressistas”, iam ganhando espaço.

Ao término da reunião, o senador Mário Covas procurou dar um tom de moderação e de paz para a negociação. “Se viabilizou um acordo, o que pressupõe que ninguém tenha sido vitorioso ou derrotado”, disse. Mas, por três vezes, durante a longa negociação, Covas impacientou-se, chegando a causar preocupação em seus companheiros de grupo.

Além de conseguir soluções consensuais para alguns pontos considerados insolúveis até a véspera, a reunião mapeou a guerra do plenário. Ao negociar, por exemplo, os critérios para exploração de recursos minerais, o Centrão e a liderança do PMDB não chegaram a um acordo integral. Mas acertaram o roteiro para a disputa.

Este procedimento permitiu ainda que as esquerdas concordassem com o acordo global desde que tiveram assegurada a possibilidade de apresentar e votar algumas emendas para marcar posição.

Logo no início da reunião, às 10h15, a disposição pelo acordo ficou clara numa declaração do deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP), um dos coordenadores do Centrão mais intransigentes para negociar na véspera: “Se não houver um acordo do consenso, vamos procurar o acordo da maioria do Centrão e da liderança do PMDB.”

### Empresa nacional

A maior dificuldade a ser vencida pela reunião era a definição de empresa nacional. A partir de um texto negociado, no último fim-de-semana, pelos coordenadores do Centrão, deputados José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), e pelos senadores Severo Gomes (PMDB-SP) e

Mário Covas, saiu a proposta do acordo.

É uma definição mais ampla do que o próprio texto da Comissão de Sistematização, que inclui a possibilidade de se estabelecer reservas de mercado para atividades consideradas estratégicas ou imprescindíveis ao desenvolvimento do país.

As posições nacionalistas da esquerda ganharam um reforço extra com a atuação do senador Jarbas Passarinho (PA), presidente nacional do PDS, que foi cumprimentado pelo deputado Domingos Leonelli (PMDB-PA), da ala esquerda do partido: “Eu não sabia que havia no centro defensores tão intransigentes dos interesses nacionais.”

O primeiro nó na definição foi facilmente solucionado com uma sugestão do deputado Leonelli, após consulta ao secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luciano Coutinho. O nó foi desatado segundo critérios estabelecidos pela Lei de Informática e propôs que a empresa brasileira de capital nacional tenha o controle efetivo sob a titularidade de pessoas físicas domiciliadas e “residentes” no país. Com esta palavra, a discussão sobre possíveis moradores-fantasmas evaporou-se.

Os dois grupos não se entendiam sobre qual o quórum que pode estabelecer reserva do mercado. O Centrão exigia que apenas leis complementares (necessitam da aprovação de metade mais um dos parlamentares) pudessem criar reserva, enquanto a liderança do PMDB defendia maioria simples (metade mais um dos parlamentares presentes numa sessão). Optou-se por um texto de acordo e o Centrão tentaria incluir o critério da lei complementar pelo voto do plenário. A partir desta definição de empresa nacional, foi fechado um acordo parcial para os critérios de exploração de recursos minerais. Consensualmente, apenas empresas nacionais poderão explorar recursos em áreas de fronteira e em terras indígenas.

Os minérios estratégicos, a serem definidos em lei, também ficariam com empresas nacionais. Mas Covas avisou ao Centrão que disputaria a nacionalização de toda a exploração mineral. Neste ponto, o Centrão não cedeu. Aceitou apenas a nacionalização dos minérios estratégicos. Atualmente, só o Estado explora minérios considerados estratégicos (nesta definição, estão apenas os radioativos).

Não se chegou a um consenso global sobre a proibição de novos contratos de risco para a exploração de petróleo. Os dois grupos votaram pela proibição, ressaltando os contratos em vigor.

**ZOGBI CRÉDITO**

A GARANTIA DE DINHEIRO NA HORA.

Aqui você tem

CRÉDITO PESSOAL e FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS

com rapidez e segurança.

Venha e comprove.

**PROMOVEL**

São Paulo: Av. Brig. Faria Lima, 896 - F: 212.8011  
Rua Direita, 191 - 6º andar  
Rua Augusta, 1611 - lj. 15 (Center 3)  
Osasco: Rua Dante Battiston, 277 - F: 702.5454  
Guarulhos: Rua 7 de Setembro, 155 - F: 208.0725